Conexão Mata Atlântica no Rio de Janeiro: conservação e restauração alinhadas à produção sustentável

Case Study Database

Uma compilação de boas práticas e lições aprendidas para trazer soluções subnacionais inovadoras para problemas globais.

Regions4

Case Study Database

RegionsWithNature

Foto de: Gustavo Stephan

Regions4

Case Study Database

RegionsWithNature

Introdução

A crise climática e os impactos a ela associados tornam urgente a transição para uma economia de baixo carbono.

A meta apresentada pelo governo do estado do Rio de Janeiro na conferência global contra as mudanças climáticas (COP26) foi o de elevar de 30% para 40% a cobertura florestal de Mata Atlântica no estado até 2050. Ou seja, estima-se que serão restaurados mais 440 mil hectares, com potencial de absorver 159 milhões de toneladas de gás carbônico.

Para alcançar essa meta, é necessário estabelecer condições políticas, sociais e econômicas que promovam a resiliência dos ecossistemas, a conservação de habitats, a conectividade de fragmentos florestais, a segurança hídrica e o aumento dos estoques de carbono.

Ao mesmo tempo em que é fundamental ampliar e fortalecer áreas públicas de conservação, é indispensável incentivar e valorizar as ações ambientais adotadas por produtores rurais em áreas privadas. Essa abordagem se mostra crucial para garantir a preservação das florestas e a recuperação de áreas degradadas.

O mecanismo financeiro de pagamentos por serviços ambientais (PSA) tem se revelado uma estratégia inovadora e eficaz no enfrentamento desses desafios, ao mesmo tempo em que fornece benefícios econômicos, sociais e ambientais.

Resumo do projeto

O projeto Conexão Mata Atlântica é uma iniciativa de pagamentos por serviços ambientais (PSA) que reconhece ações prioritárias de conservação e restauração na Mata Atlântica do estado do Rio de Janeiro, Brasil.

Cerca de 240 famílias de agricultores são recompensadas por quase 2.440 hectares de áreas conservadas e restauradas, promovendo transformação socioambiental e econômica em escala local e global.

O objetivo é contribuir para a mitigação das mudanças climáticas, conservação da biodiversidade e segurança hídrica e alimentar, tendo como finalidade o aumento dos estoques de carbono.

O projeto é financiado pelo Fundo Global do Meio Ambiente (GEF), em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e contrapartidas do governo estadual.

Autor

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro - SEAS

Subsecretaria de Conservação da Biodiversidade e Mudanças do Clima - Sublim

Informações chave

Localização: Rio de Janeiro, Brasil

Áreas de enfoque:
Conservação da biodiversidade;
Restauração ecológica;
Sistemas agroflorestais;
Desenvolvimento rural sustentável;
Recursos hídricos;
Segurança alimentar;
Mudanças climáticas
Pagamentos por serviços ambientais.

Fundado em: 2017

Investimento: U$ 8,8 milhões

Metas de Aichi para a Biodiversidade abordadas:
Metas 4, 5, 7, 14 e 15

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável abordados:
ODS 2, 6, 8, 12, 13 e 15

Metas do Marco Global de Biodiversidade Kunming-Montreal abordadas:
Metas 1, 2, 8, 10, 11, 19 e 21

Regions4

Case Study Database

RegionsWithNature

SUMÁRIO

Antecedentes e contexto	4
Atividades e inovações chave	6
Impactos ambientais	11
Impactos socioeconômicos	12
Impacto nas políticas	13
Sustentabilidade	14
Parcerias	15
Replicação e Aplicabilidade	16
Referências	16
Sobre Regions4	17

ANTECEDENTES E CONTEXTO

A Bacia do Rio Paraíba do Sul, que se estende pelos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais no Brasil, está localizada entre os maiores polos industriais e populacionais do país. Os recursos hídricos da bacia são utilizados para o abastecimento de mais de 14 milhões de pessoas, geração de energia elétrica, diluição de efluentes, entre outros usos. Intensamente desmatada nos séculos passados, acentuadamente ao longo do ciclo do café, nos séculos XVIII e XIX, a bacia atualmente tem a maior parte de seu território coberta por pastagens degradadas e pouco produtivas.

As florestas estacionais, que originalmente cobriam a maior parte da área da bacia, atualmente ocupam apenas 3,5% do território. A bacia apresenta problemas como solos degradados, rios com a qualidade da água comprometida e escassez hídrica. Esse cenário combina uma alta demanda por serviços ecossistêmicos e um quadro de degradação ambiental (RODRIGUES et al., 2018; ANA, 2019).

A bacia encontra-se também inserida no bioma Mata Atlântica, que conjuga uma diversidade excepcional com uma perda de habitat em grandes proporções. Os ecossistemas naturais, complexos e diversos foram extensa e intensamente substituídos por agroecossistemas simplificados e pouco diversos – que compõem aproximadamente 70% da área da bacia (AGEVAP, 2021). Desta maneira, serviços que dependem de processos que acontecem em grande escala, como a regulação do clima e do ciclo hidrológico, podem estar comprometidos, assim como a biodiversidade que os suporta (RODRIGUES et al., 2018).

Nesse contexto, políticas que recompensem e incentivem aqueles que provêm serviços ambientais, melhorando a rentabilidade das atividades de proteção e uso sustentável de recursos naturais, são fundamentais. Um importante mecanismo é o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), instrumento econômico que estabelece o princípio do provedor-recebedor e que tem sido crescentemente adotado no país e no Estado do Rio de Janeiro para viabilizar ações de conservação e recuperação ambiental em bacias hidrográficas.

O Conexão Mata Atlântica foi criado em 2017 por meio de uma ação conjunta dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Governo Federal[1], representado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). A parceria foi feita a través de um Acordo de Cooperação Técnica e é financiado com recursos disponibilizados pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (Global Environmental Facility – GEF). Cada estado atua de forma independente com o objetivo comum de recuperar e preservar serviços ecossistêmicos associados à biodiversidade e captura de carbono em zonas prioritárias do Corredor Sudeste da Mata Atlântica.

O MCTI (Componente 1) é responsável pela Unidade de Coordenação Central do Projeto (UCP), que possui entre suas atribuições o desenvolvimento do sistema de monitoramento e avaliação dos resultados do projeto, além de definir o protocolo para estoques e emissões evitadas de gases de efeito estufa (GEE).

Os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (Componente 2) atuam do aumento dos estoques de carbono nas Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul, por meio do mecanismo de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), de proteção, uso múltiplo e restauração ecológica em propriedades rurais privadas.

1. Colocar infos No contexto do Brasil, o termo "Governo Federal" refere-se ao governo nacional ou central do país, enquanto "estado" se refere aos governos regionais individuais (nível subnacional).

O estado de São Paulo atua, ainda, em outra frente de trabalho (Componente 3), voltada para o aumento da eficácia e sustentabilidade financeira das Unidades de Conservação ao longo do corredor da Serra do Mar, por meio de ações de certificação, cadeias de valor sustentável e Pagamento por Serviços Ambientais em Unidades de Conservação e Zonas de Amortecimento.

No Rio de Janeiro, o projeto vem sendo conduzido pela Unidade Gestora Estadual (UGE), coordenado pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS), por meio do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), e em parceria com a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Pesca (SEAPPA).

Irmãs Angela Gripe e Zuraide recebendo assistência técnica do projeto | Varre-Sai

ATIVIDADES E INOVAÇÕES CHAVE

PLANEJAMENTO E SELEÇÃO DE ÁREAS

O projeto Conexão Mata Atlântica adota a metodologia de Gestão de Projetos para Resultados (PM4R) desenvolvida pelo BID, cujos foco e lógica são estruturados de acordo com os resultados e produtos, e não baseados nas atividades e no ciclo orçamentário.

O planejamento e preparação do projeto abrangeu as atividades de seleção das áreas de atuação, a contratação de equipe capacitada, estruturação das unidades gestoras locais, e não menos importante, a mobilização e articulação com parceiros, atores locais e outras iniciativas.

O objetivo da seleção e priorização das áreas foi identificar onde as ações do projeto podem contribuir com maior eficiência e efetividade para a recuperação de serviços ecossistêmicos relacionados ao clima, biodiversidade e recursos hídricos, por meio de análise multicriterial e multiescalar. Para selecionar as sete microbacias e nanobacias, localizadas em seis municípios do estado, foram adotados critérios ambientais e sociais, como o percentual de área preservada, áreas prioritárias para conservação da flora endêmica, conectividade, potencial de engajamento e organização dos agricultores e a articulação com parceiros locais. O detalhamento da metodologia e do diagnóstico das áreas podem ser consultados em INEA (2021)[2].

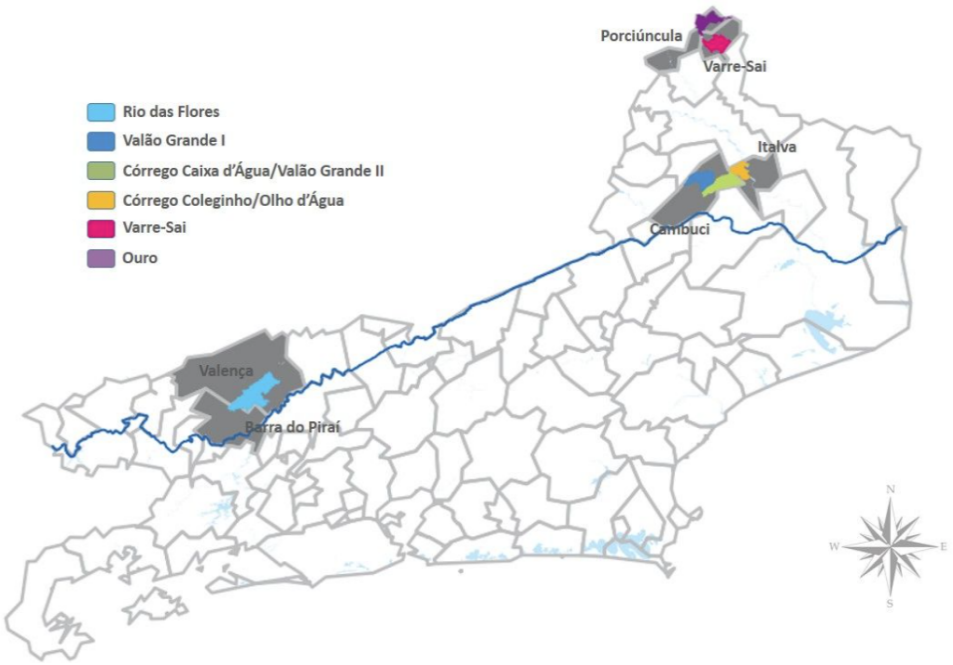


Figura 1. Mapa da área operacional do projeto Conexão Mata Atlântica no estado do Rio de Janeiro

2. http://www.inea.rj.gov.br/wp-content/uploads/2021/05/Livro-Diagn%C3%B3stico-Socioambiental-Conexao-Mata-Atlantica.pdf

MECANISMO DE PSA

A execução do projeto inclui múltiplas atividades como, realização de seleções públicas de PSA, capacitação de técnicos e proprietários rurais, assistência rural para implantação de projetos de conservação florestal, restauração ecológica e conversão produtiva, além de elaboração de relatórios de supervisão e monitoramento, gestão e pagamento dos contratos de PSA.

O mecanismo de PSA, direcionado para agroecossistemas e áreas de alta ação antropogênica e adotado pelo projeto Conexão Mata Atlântica, tem criado condições para o reconhecimento e o incentivo financeiro de produtores rurais do estado, que contribuem – por meio dessas ações ambientais e do consequente aumento dos estoques de carbono no solo – para a conservação da biodiversidade e a mitigação das mudanças climáticas.

O projeto considera três tipos de práticas elegíveis para recebimento de PSA:

Figura 2. Práticas elegíveis para PSA
Fotos de: Gustavo Stephan e Daniella Fernandes

Regions4

Case Study Database

RegionsWithNature

CONSERVAÇÃO DE FLORESTAS

Tem como objetivo reduzir a fragmentação, estimulando a conectividade dos corredores biológicos por meio da proteção e regeneração de fragmentos florestais. O provimento de serviços ambientais é realizado mediante ações de isolamento e cercamento, implantação de aceiros e enriquecimento dos remanescentes florestais.

RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA

É direcionada ao estímulo, recuperação e aumento da conectividade entre fragmentos florestais e à redução do efeito de borda, o que aumenta as áreas de floresta e estimula a recuperação de áreas de alta importância para os recursos hídricos e para a conservação de biodiversidade. O provimento de serviços ambientais é realizado mediante ações de isolamento e cercamento, implantação de aceiros, recuperação do solo, controle de espécies invasoras ou exóticas e restauração florestal.

Rio Paraíba do Sul, em Carmo | Foto de: Gustavo Stephan

CONVERSÃO PRODUTIVA

Visa promover a conversão de áreas de baixa produtividade em sistemas de maior funcionalidade ecológica e econômica, por meio do desenvolvimento de sistemas agroflorestais, silvipastoris ou consórcios florestais com componentes arbóreos de espécies nativas ou espécies nativas consorciadas com espécies exóticas.

São apoiadas duas categorias de incentivos: o PSA anual e o PSA apoio financeiro.

No PSA anual, os pagamentos são realizados anualmente aos produtores rurais mediante a comprovada realização de práticas e ações incentivadas pelo projeto, adotando valores mínimos e máximos por imóvel rural, e cuja valoração do PSA é calculada com base na metodologia do Projeto Oásis (FGB, 2017). Os valores das parcelas anuais são definidos de acordo com o custo de oportunidade da terra, a área disponibilizada e os critérios que buscam estimular a adoção de práticas ambientais e a gestão integrada da propriedade. No caso de grupos de agricultores beneficiados limítrofes que promovem conectividade das suas áreas de intervenção, ou que propõem investimentos em projetos coletivos de associações e cooperativas, há bonificação de 30% do valor de PSA anual.

O PSA apoio financeiro, por sua vez, visa mitigar total ou parcialmente os custos da implantação (aquisição de insumos e materiais) das práticas ambientais elegíveis quando executadas pelos proprietários rurais. Os editais estabelecem os valores apoiados por prática, a área mínima elegível e os valores máximos por imóvel rural.

No projeto, o proprietário deve destinar obrigatoriamente os recursos do PSA anual em investimentos para melhoria da capacidade produtiva e da sustentabilidade econômica das propriedades, por meio de proposta de aplicação de recursos denominada de Salto Tecnológico. Para tanto, os proprietários recebem assistência técnica e extensão rural providas pelo projeto.

O recebimento dos pagamentos e a garantia da manutenção e renovação do contrato estão condicionados à execução das ações ambientais e do projeto de Salto Tecnológico, bem como da prestação de contas dos recursos aplicados.

Varrei-Sai | José Almeida, família e produtos. ©Gustavo Stephan

Leandro Gonçalves.

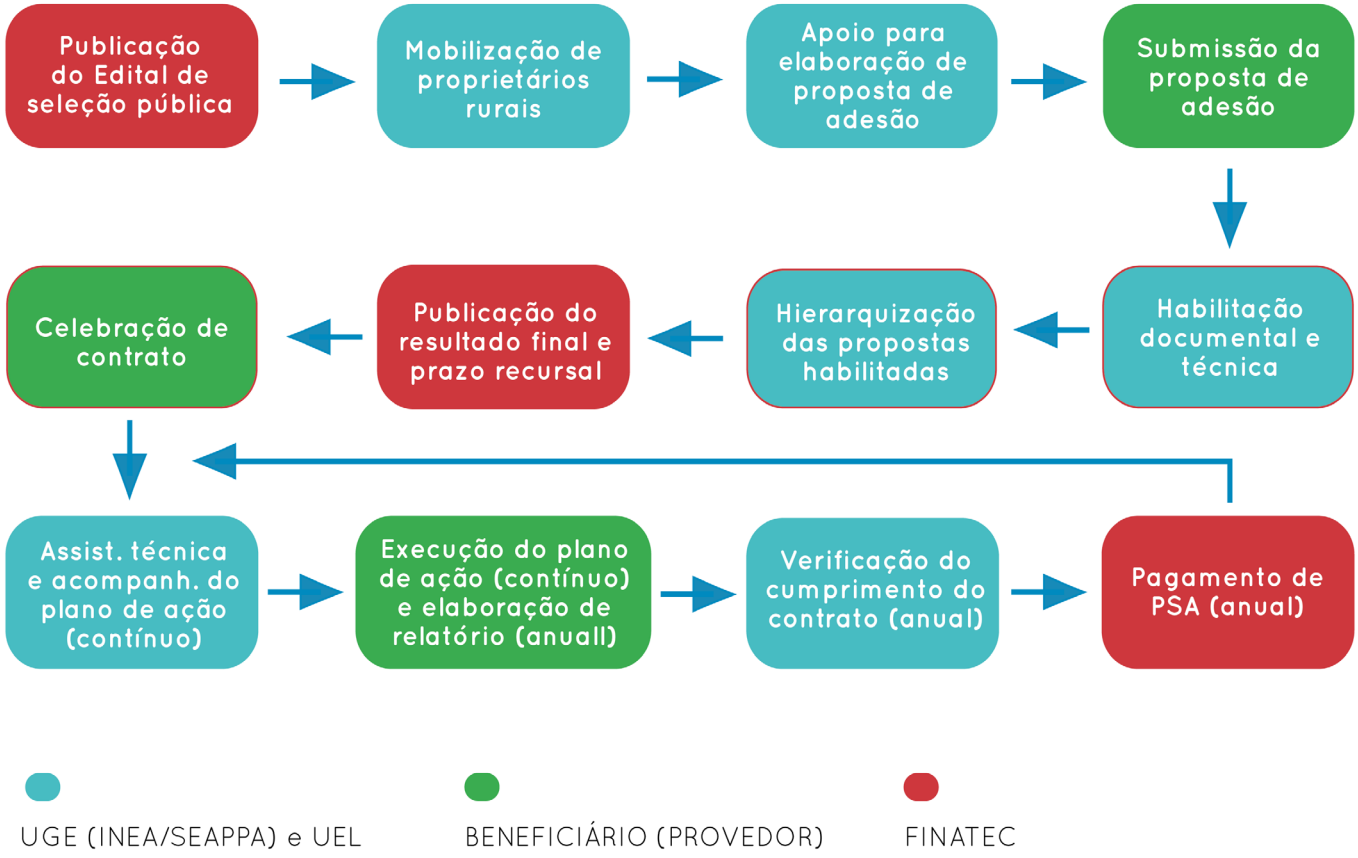


Figura 3. Modelo de mecanismo de PSA do projeto Conexão Mata Atlântica

INOVAÇÕES E LIÇÕES APRENDIDAS

Dentre as inovações e lições aprendidas no projeto, destacam-se os resultados positivos alcançados por meio da conversão produtiva, do PSA apoio financeiro e do salto tecnológico, e da importância do trabalho integrado das pastas de meio ambiente e agricultura.

A ações de capacitação, assistência técnica e difusão dos consórcios florestais, sistemas silvipastoris e agroflorestais, associadas ao PSA voltado para conversão produtiva de áreas de baixa produtividade em sistemas produtivos de maior funcionalidade ecológica e econômica (sistemas agroflorestais, silvipastoris e consórcios florestais), mostrou-se bem muito sucedida, com grande adesão por parte dos proprietários rurais. Essa estratégia vem se mostrando eficaz principalmente para recuperação de pastagens degradadas.

O PSA apoio financeiro se mostrou como um incentivo importante para ganho de escala, uma vez que possibilita ao proprietário implementar diretamente as práticas ambientais apoiadas, e com o custo de recuperação ambiental reduzido em comparação com a execução realizada por terceiros, especialmente em pequenos imóveis rurais. Como lição aprendida, pretende-se ampliar esse tipo de incentivo em novos

O Salto Tecnológico constituiu uma estratégia oportuna para a superação de um contexto de reduzido nível tecnológico dos sistemas de produção, com baixa produtividade média por hectare no meio rural e consequente pressão sobre os recursos e áreas naturais, garantindo, assim, maior sustentabilidade social, econômica e ambiental da propriedade.

IMPACTOS AMBIENTAIS

Foram realizadas duas seleções públicas de PSA, com um total de 237 contratos. As ações ambientais implementadas e monitoradas somam quase 2.440 hectares manejados, sendo 1.562 hectares de florestas conservadas, 321 hectares de restauração florestal, e 542 hectares de conversão de áreas de baixa produtividade em sistemas mais sustentáveis, como os agroflorestais e silvipastoris, que integram árvores nativas à lavoura e à pastagem.

As intervenções foram concentradas em 6 microbacias previamente selecionadas, de modo a potencializar os seguintes benefícios ambientais esperados:

- Aumento da resiliência e/ou redução do risco a eventos climáticos extremos

- Mitigação de GEE

- Regulação hídrica

- Aumento da conectividade entre remanescentes florestais

- Recuperação e manutenção da biodiversidade da flora e da fauna

- Preservação das propriedades físicas, químicas e biológicas do solo

O projeto promoveu o apoio para inscrição dos imóveis rurais no Cadastro Ambiental Rural[3] e para a adequação ambiental dos imóveis rurais para todos os 237 proprietários beneficiados. As intervenções priorizaram a recuperação das áreas de preservação permanente, ou seja, áreas de declividade superior a 45 graus, margens de rios, nascentes e topos de morro, nas quais há a obrigação legal da recomposição da vegetação. Segundo a Lei nacional de proteção da vegetação nativa[4], constituem áreas estratégias para preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

Cabe ressaltar que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) é responsável pelo desenvolvimento das pesquisas para realizar o monitoramento de serviços ecossistêmicos e indicar as mudanças decorrentes da implementação do projeto. Foram gerados dados sobre (i) estoques e sumidouros de carbono, (ii) estimativas de redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE), (iii) alterações na biodiversidade (fauna e flora), (iv) estado de conservação do solo e (v) produção/qualidade da água. As análises e resultados estão em fase final de consolidação[5].

3. Registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com o objetivo de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo uma base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.
4. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.
5. Mais informações e atualizações podem ser obtidas no link: https://conexaomataatlantica.mctic.gov.br/cma/

IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS

O projeto tem gerado diversos benefícios diretos e indiretos aos proprietários rurais, incluindo atividades de capacitação e difusão de conhecimento, apoio financeiro, apoio a adequação ambiental do imóvel rural, apoio na legalização do manejo dos sistemas agroflorestais, acesso a consultorias especializadas e assistência técnica e extensão rural, dentre outros.

O projeto tem contribuído para a maior diversificação dos sistemas de produção e a difusão dos sistemas agroflorestais na região. Por meio da conversão produtiva, promoveu-se a conversão de 542 hectares de pastagens degradadas de baixa produtividade em sistemas agroflorestais e silvipastoris, promovendo ganhos ambientais e aumento da renda dos produtores. Dessa forma, geram-se de forma simultânea benefícios econômicos, sociais e ambientais.

Os investimentos em PSA no projeto totalizaram U$1,7 milhão. Esses recursos têm contribuído para mudar a realidade de famílias de agricultores que não têm recursos próprios ou acesso a linhas de crédito para implementar as práticas ambientais ou as melhorias nos sistemas de produção, além de movimentar a economia local.

Os produtores rurais beneficiados investiram o valor de PSA anual (salto tecnológico) de forma variada. A maior parte dos recursos foi investida na melhoria da capacidade produtiva, principalmente na aquisição de implementos agrícolas, na construção ou reforma de estruturas de apoio à atividade agropecuária (currais, ranchos, terreiros para secagem de café, locais de armazenamento, etc), compra de insumos e no manejo das pastagens e do solo. Parte das ações incentivadas envolveram a aplicação dos recursos em implantação de sistemas de geração de energia solar, saneamento rural, implantação de sistemas silvipastoris, sistemas agroflorestais (SAFs) e agricultura orgânica, além de aquisições de mudas e cercamento para fins de conservação ou restauração florestal.

Figura 4. Exemplos de destinação dos recursos do PSA (salto tecnológico) em projetos coletivos.

Além dos impactos acima mencionados, cabe destacar dentre outros principais resultados e benefícios do projeto o fortalecimento da organização comunitária, por meio do incentivo e apoio financeiro a projetos coletivos; a redução da vulnerabilidade da produção do público beneficiado, especialmente na agricultura familiar, por meio do salto tecnológico e de consultorias especializadas para diagnosticar e propor soluções para os gargalos nos sistemas de produção; e a promoção da segurança alimentar e nutricional.

IMPACTOS NAS POLÍTICAS

O projeto Conexão Mata Atlântica contribui para ampliar e fortalecer o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais - PRO-PSA (Decreto Estadual nº 42.029/2011)[6], que passou a contemplar mais sete microbacias e seis municípios fluminenses beneficiados por esse instrumento.

Além disso, constitui o primeiro projeto de PSA no estado relacionado aos serviços de conservação da biodiversidade e manejo dos estoques de carbono, e aprimeira iniciativa de PSA com a integração de estratégias das políticas estaduais de meio ambiente e agricultura, que resultaram em algumas inovações em relação às

Este projeto sucedeu outras iniciativas bem-sucedidas de PSA no estado, tendo se tornado um caso de sucesso e reconhecido como o principal projeto de PSA - em extensão de área e recursos aplicados - em execução pelo governo local.

O desenvolvimento do sistema de sustentabilidade financeira do PRO-PSA, em elaboração no âmbito do projeto, contribuirá para promover o ganho de escala das intervenções em nível estadual e para o fortalecimento das cadeias produtivas sustentáveis, conforme detalhado a seguir.

6. www.inea.rj.gov.br/propsa

Foto de: Gustavo Stephan

SUSTENTABILIDADE

Os recursos investidos ao longo do projeto (2017-2014) ultrapassam os US$ 8,8 milhões (R$ 44 milhões). Mais de US$ 4,3 milhões são provenientes do GEF (Global Environment Facility), tendo como agência implementadora o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (FINATEC) é a instituição executora dos recursos.

O governo estadual tem contribuído com mais de US$ 5,8 (R$ 29 milhões), aplicados por meio de medidas de compensação ambiental e de ações implementadas por programas que antecederam o projeto. Além disso, conta com outros recursos paralelos e indiretos oriundos de parceiros estratégicos por meio de acordos de cooperação técnica e apoio à execução do projeto como, por exemplo, a doação de mudas e capacitações.

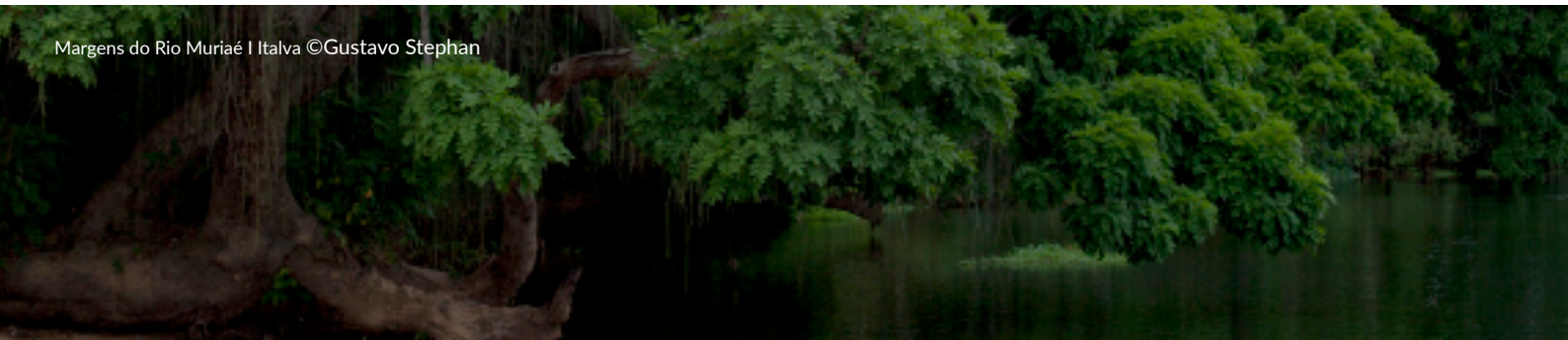
Dentre as ações previstas no projeto, está o desenvolvimento de um sistema de sustentabilidade financeira, de modo a garantir a continuidade e ampliação do mecanismo de PSA no estado. Para tanto, foram trabalhados dois eixos de atuação: estratégias para ganho de escala e o fortalecimento das cadeias produtivas sustentáveis.

O ganho de escala nas intervenções visa atender as demandas de recuperação ambiental e da manutenção e ampliação dos serviços ecossistêmicos, associados à adequação ambiental dos imóveis rurais. Para tanto, é necessário assegurar o financiamento e a otimização da execução do mecanismo em escala regional.

O mecanismo de PSA tem perspectivas de ser ampliado e continuado a partir de outras fontes de financiamento, como o Fundo da Mata Atlântica - mecanismo para a conservação da biodiversidade do estado -, por meio da Carteira de Restauração, e do Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (FECAM), ambos geridos pelo governo estadual. Com recursos do GEF, está sendo desenvolvido a modelagem do arranjo institucional, jurídico e operacional para execução do PSA por meio desses dois fundos estaduais, associado a captação de recursos complementares de outras fontes.

Um dos desafios para ganho de escala é construir uma estrutura adequada e eficiente para gerenciamento de contratos de PSA e o monitoramento de áreas de intervenção. Para tanto, a SEAS vem desenvolvendo, em parceria com a The Nature Conservancy Brasil (TNC), um sistema e portal web para gestão e monitoramento dos contratos de PSA e das áreas de intervenção. A ferramenta permitirá coletar e armazenar dados, gerar documentos, gerenciar fluxo de processos, realizar consultas e cálculos, emitir relatórios, dentre outras funcionalidades. A partir dessa solução, espera-se que as iniciativas de PSA sejam geridas, monitoradas e divulgadas de maneira ágil, unificada, padronizada ou mesmo customizável para diferentes ambientes e territórios.

Compreende-se que o PSA de curto prazo pode, em alguns casos, ser insuficiente para promover a sustentabilidade das intervenções e dos empreendimentos rurais, especialmente em razão de gargalos na cadeia produtiva agropecuária e florestal. Dessa forma, estão sendo desenvolvidas ações estruturantes para fortalecimento das cadeias produtivas sustentáveis apoiadas pelo PSA, como a elaboração de diagnóstico e recomendações para superação dos gargalos na produtividade, comercialização e ampliação de práticas ambientais, e agendas de mobilização e sensibilização de canais de comercialização (públicos e privados), por meio de parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE.


Margens do Rio Muriaé I Italva ©Gustavo Stephan

PARCERIAS

Para alcançar seus objetivos e metas, o projeto tem contado desde o início com o apoio de diversos parceiros em diferentes âmbitos dos governos, iniciativa privada e organizações da sociedade civil. Todas as parcerias foram cruciais para o desenvolvimento das ações e o sucesso do projeto.

Do ponto de vista institucional, o projeto é fruto da parceria entre as secretarias estaduais do Ambiente e de Agricultura, que fortaleceu a mobilização e somou forças ao trabalho de extensão rural. Essa união foi fundamental para o sucesso na adesão dos produtores e andamento do projeto.

Também conta com parcerias com viveiros públicos e projetos socioambientais de produção de mudas para doação de espécies destinadas às ações de restauração e de conversão produtiva. Além de instituições de ensino, universidades, associações, cooperativas e prefeituras locais, que foram fundamentais ao dar suporte ao projeto em atividades de mobilização, estruturação dos escritórios locais, engajamento com as ações do projeto e na comunicação das atividades.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) tem contribuído em atividades de pesquisa relacionadas a serviços ecossistêmicos, PSA e manejo conservacionista do solo e da água na área de abrangência do projeto relacionadas a serviços ecossistêmicos.

Importantes organizações não governamentais ambientais brasileiras e internacionais também fazem parte da rede de parceiros do projeto. A Fundação Grupo Boticário (FGB), prestou apoio técnico para o fortalecimento da política estadual de PSA, aceleração de negócios de impacto e desenvolvimento da estratégia de sustentabilidade financeira do projeto.

A The Nature Conservancy (TNC) é parceira no desenvolvimento de plataforma de gestão de contratos de PSA, monitoramento das áreas e geoprocessamento de dados, facilitando e otimizando a gestão e mão de obra técnica.

Evento de comemoração dos Pagamentos por Serviços Ambientais em Varre-Sai RJ

REPLICAÇÃO E APLICABILIDADE

O planejamento detalhado com a seleção e priorização das áreas de atuação, unido a uma forte articulação com stakeholders, parceiros e financiadores, além do conhecimento profundo do perfil das áreas de atuação, o engajamento com o público alvo, a disponibilidade de recursos e a atuação de um equipe técnica capacitada, foram os principais ingredientes para o sucesso do projeto.

O modelo de PSA implementado e o arranjo institucional adotado pelo projeto Conexão Mata Atlântica podem ser adaptados a contextos ambientais semelhantes, ou seja, em bacias com alta ação antropogênica e de predomínio de uso agropecuário.

Os aspectos inovadores (salto tecnológico e conversão produtiva), no entanto, implicam em maior complexidade de execução e requerem uma ação coordenada de equipes de extensão rural e de conservação e recuperação ambiental. Os critérios de elegibilidade dos produtores rurais e padrões exigidos para implantação dos sistemas agroflorestais do projeto Conexão Mata Atlântica no Rio de Janeiro foram definidos a partir da realidade e legislação ambiental estadual e local, devendo ser ajustados para diferentes contextos.

BIBLIOGRAPHY

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (Brazil). Sala de situação: Paraíba do Sul. Brasília, [2019]. Disponível em: https://www. ana.gov.br/sala-de-situacao/paraiba-do-sul/paraiba-do-sul-saiba-mais.

ASSOCIAÇÃO PRÓ-GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL. Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul: resumo executivo. Resende, RJ, 2021.

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE. Diagnóstico socioambiental e priorização de áreas para a atuação do projeto Conexão Mata Atlântica no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: http://www.inea.rj.gov.br/wp-content/uploads/2021/05/Livro-Diagn%C3%B3stico-Socioambiental-Conexao-Mata-Atlantica.pdf

RODRIGUES, A. F.; LATAWIEC, A. Mudança nos serviços ecossistêmicos disponíveis após alterações no uso e na cobertura da terra: o caso do Vale do Rio Paraíba do Sul.IIn: OLIVEIRA, R. R.; RUIZ, A. E. L. (org.). Geografia Histórica do Café. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2018.

©Gustavo Stephan

Carlos Martins Rosa e família. ©Gustavo Stephan

Benise e Antônio Freitas | Italva
©Gustavo Stephan

PARA OBTER MAIS INFORMAÇÕES

Para obter mais informações sobre esse projeto, acesse www.inea.rj.gov.br/conexaomataatlantica

Você também pode entrar em contato conosco pelo e-mail info@regions4.org para marcar uma reunião informativa, solucionar dúvidas e obter suporte na implementação de projetos semelhantes.

Regions4

Case Study Database

SOBRE

A Regions4 (anteriormente conhecida como nrg4SD) é uma rede global que representa exclusivamente os governos regionais (estados, regiões e províncias) perante os processos da ONU, iniciativas da União Europeia e discussões globais nas áreas de mudança climática, biodiversidade e desenvolvimento sustentável. A Regions4 foi criada em 2002 na Cúpula Mundial de Joanesburgo e atualmente representa mais de 40 membros de 20 países em 4 continentes. Por meio de defesa, cooperação e capacitação, a Regions4 capacita os governos regionais a acelerar a ação global.

Para obter mais informações, acesse: www.regions4.org

@Regions4SD | #Regions4Biodiversity #RegionsVoice.

Chaussée d'Alsemberg 999- B-1180, Bruselas, Bélgica

www.regions4.org

info@regions4.org

@Regions4SD

#Regions4Biodiversity #RegionsVoice